

A vida dos sem teto

Welita Caetano¹

[...] amai ao próximo como a si mesmo. (Marcos 12:31, p. 1304)

Nas relações de trabalho capitalista, a classe trabalhadora vende a única coisa que possui: a sua força de trabalho àquele que detém os meios de produção (MARX, 1968). Há trabalhadores que conseguem se colocar numa posição melhor dentro desse sistema, dá para assegurar minimamente a alimentação; pagar o aluguel ou a prestação da casa; é possível ter um carro; conseguem investir nos estudos de seus filhos. Porém, a grande maioria dos trabalhadores se sujeita às piores condições físicas e psíquicas para tentar subsistir. Recebem salários que não mantêm as suas necessidades básicas, como moradia e alimentação, pois os valores salariais são baseados em interesses do capital, portanto, os maiores salários são destinados àqueles que têm conhecimentos técnicos e científicos. Já os trabalhadores de baixa renda recebem o mínimo de recursos para sobreviver. Assim, continuam por gerações nas mesmas condições sociais. Sem recursos para ter uma vida digna, não conseguem investir na própria educação, formação profissional e nem na de seus filhos. Marx considera tal imposição aos trabalhadores um risco à sua própria vida. Nesta relação desigual, entre capital e trabalhador, os trabalhadores de baixa renda estão mais fragilizados e completamente desamparados. Entregues nas mãos dos capitalistas, trabalham até a exaustão, exercendo as funções pouco valorizadas aos olhos da sociedade. São os porteiros, faxineiros, diaristas, lixeiros, catadores de papelão, marreteiros, quando não, desempregados.

¹ Welita Caetano, defensora dos direitos humanos, cientista do trabalho e coordenadora do movimento de moradia Inclusa, filiado a FLM.

[...] o preço da força de trabalho alcança o seu mínimo quando se reduz ao valor dos meios de subsistência que não poderiam diminuir-se sem expor a própria vida do trabalhador; neste caso, o trabalhador não faz mais que vegetar. Portanto, como o valor da força de trabalho está baseada nas condições de uma existência normal, o seu preço é, então, inferior ao seu valor (MARX, 1968, p. 111- 112).

É impressionante como nos adequamos a tais condições impostas à classe trabalhadora, como se fosse algo natural apenas “vegetar”. Difícil é pensar outras formas de se relacionar e existir. Somos possuídos por uma concepção de mundo capitalista, que reduz o homem a uma máquina condicionada apenas ao trabalho. Assim, no trabalho, o patrão é quem manda, é ele quem diz quando o trabalhador deve e como falar, como se vestir, quando comer, o horário em que deve estar ali ou ir embora, se o sujeito serve ou não para continuar trabalhando em tal empresa, de forma que todas as suas ações são vigiadas. Ainda pior é a condição daqueles que cumprem funções desvalorizadas pelo mercado de trabalho.

É nas relações capitalistas que nos esvaziamos; produzimos coisas o tempo todo e nos tornamos a imagem da nossa produção, tornamo-nos coisas nisto que é uma relação dialética. Somos obrigados a nos vender, entregamos a troco de migalhas a nossa liberdade, a nossa força, a alegria, a paz, a saúde, o amor próprio e o amor ao próximo, assim como a nossa humanidade. Introjetamos essa cultura dura que refletimos em tudo o que fazemos, provocando o rompimento ou a fragilidade nas relações entre sujeitos e entre os sujeitos e a natureza. Portanto, o sistema capitalista não roubou apenas o nosso tempo, roubou os conhecimentos dos nossos antepassados, a arte, a poesia, o discernimento, a nossa subjetividade.

[...] com o progresso da produção capitalista formou-se uma classe cada vez mais numerosas de trabalhadores que, graças à educação, aos costumes transmitidos se conforma com as exigências do atual regime econômico de um modo tão instintivo como se conforma com as variações atmosféricas (MARX, 1968, p. 322).

Seguindo está intuição, como aborda Marx, desde que nascemos, fomos condicionados a tal cultura. Estudamos para ser uma máquina mais avançada que outras, passamos por cima, pisoteamos quem estiver à nossa frente e descartamos o outro com facilidade. Estamos doentes, sofremos com essas brutalidades da qual somos vítimas e a qual, ao mesmo tempo, praticamos em nossas relações. O ser humano não suporta tal condição, a natureza também não. Mas como romper com uma cultura enraizada em nossa subjetividade? Os nossos sofrimentos são a prova de que o capitalismo não deu certo e nem se sustenta mais.

Quanto aos sujeitos menos valorizados, a sociedade tende a soterrá-los ainda mais em sua condição miserável. Primeiro, por sua exploração continuada, depois, pelas humilhações e julgamentos que sofrem pois, como a nossa sociedade tem uma concepção meritocrática, para eles, a culpa de tal condição miserável é desses tais trabalhadores, que “não estudaram o suficiente”, “não trabalharam para ter isso ou aquilo”.

Portanto, a sociedade capitalista tende a analisar objetivamente os sujeitos, desconsiderando a sua subjetividade. Muitas vezes, são ignoradas as causas sociais e políticas das aflições, das angústias, dos medos, das preocupações, da baixa autoestima. Quando não, são apenas as percepções, sensações e emoções do indivíduo que são consideradas, reforçando apenas o assistencialismo e não o desejo de transformações sociais. Sim, somos seres singulares, porém, trazemos uma bagagem de processos antropológicos, históricos, sociológicos, psicológicos.

[...] Por mais que retraíamos com horror de certas situações – a de escravos de galé na antiguidade, a de um camponês durante a Guerra dos trinta anos, a de uma vítima da Inquisição, a de um Judeu à espera de **pogrom** – para todos nós, sem embargo, é impossível nos colocarmos no lugar dessas pessoas – adivinhar as modificações que uma obtusidade original da mente, um processo gradual de embrutecimento, a cessação das esperanças e o métodos de narcotização mais grosseiros ou mais refinados produzem sobre a receptividade delas às sensações de prazer e desprazer. Além disso, no caso da possibilidade mais extrema de sofrimento, dispositivos mentais protetores e especiais são postos em funcionamento (FREUD, 1980, *apud*, SEARSON, 2010, p. 10).

Para Freud, por mais que tenhamos empatia com o outro, jamais saberemos os impactos na subjetividade dos sujeitos que são violados em sua dignidade. A violação dos direitos humanos provocada pelo sistema capitalista não tem como resultado apenas a pobreza, a fome e a miséria. Ela viola a subjetividade, causando angústia, depressão, tristeza, sentimento de abandono e desamparo. Portanto, não deveríamos tirar juízos de valor a partir de uma realidade que não conhecemos, ou não vivemos. Cada sujeito tem a sua história, tem as suas marcas na alma, causadas por impactos sociais, políticos, econômicos e psicológicos.

Conectado a um compromisso forte com esses dados da vida dos sujeitos, um dos mandamentos de Cristo é o dever de cultivar o amor ao próximo, sendo utilizado dever porque, para Cristo, o amor é uma escolha que deveria se estender aos inimigos também (pois, no amor, não há espaço para o ódio ou para a indiferença). Esse amor do qual Cristo fala não é o sentimento romântico, mas um ato revolucionário de fazer ao outro o que é desejável para si. Ninguém quer o mal para si, nem mesmo o voraz capitalista. Só esse mandamento seria suficiente para destruir as bases das relações capitalistas, pois não é possível servir a esses “dois senhores”: ao bem e ao dinheiro. Enquanto um insiste em dizer que o amor precisa existir nas relações sociais, o outro demonstra total desprezo ao ser humano, diz que o amor é uma mercadoria que alguns merecem, outros não. Acredito que esse amor do qual Cristo fala é o direito humano, o direito de existir com dignidade para desenvolver toda a beleza que há em nossa humanidade. Porém, infelizmente, a nossa sociedade optou pelo dinheiro; não pelo amor, não por direitos. Somos escravos do ganho.

Os trabalhadores de baixa renda sofrem violências constantes.. Vivem amontoados nos cortiços, nas pensões, em barracos de madeira, constroem em cima de córregos, vivem em albergues; ou estão em situação de rua, dentre outras condições degradantes. Chamamos de sem-teto, mas são os sem educação, sem saúde, sem comida, sem nada!

Nesta pesquisa, observei que os pobres vivem em situações de profunda

angústia, as razões estão ligadas às preocupações de sobrevivência. São humilhados constantemente por sua pobreza; são expulsos de onde moram quando não é possível mais pagar o aluguel; são desprezados até mesmo por seus familiares; são humilhados no trabalho por seus patrões; são invisíveis em seus locais de trabalho.

Conheci pessoas que não olhavam nos meus olhos quando chegavam na ocupação. Mas eu entendo, já passei por isso. Sempre me esforcei muito no meu trabalho, achava que era querida, respeitada, um dia sugeri algo ao meu patrão e ele disse: “você é paga para trabalhar”. Ele estava dizendo que o que eu pensava não era importante. Fiquei magoada, mas não entendia a profundidade dessas palavras. Em outro momento, eu falei algo, e ele riu ironicamente, comentou que eu falava tudo errado. Com essas palavras, que parecem sutis, dizem para o outro se calar; que a fala desse outro não é útil; aliás, que ele nem sabe falar, pois a sua utilidade se reduz apenas aos seus músculos para o trabalho. Isso refletiu muito nas minhas relações, tanto é que, até há algum tempo, não conseguia ter amizades com alguém que eu julgasse ser superior. Quando estava perto dessas pessoas, eu me mantinha em silêncio, pois tinha medo de falar algo sem fundamento ou então, conjugar algum verbo incorretamente. Não consegui concluir a faculdade por quatro vezes, pois acreditava que os meus pensamentos não faziam sentido, assim, eu paralisava diante de um livro ou na hora de escrever.

O Professor e pesquisador da USP, José Moura Gonçalves Filho, estudou os efeitos subjetivos para aqueles que sofrem humilhação social. Para ele, o rebaixamento social dos pobres é o resultado de processos históricos, pois, ao longo da história, os seus antepassados foram escravizados por centenas de anos, transformados em seres sem nenhum tipo de direito e humanidade. Sofreram todo tipo de humilhação, de xingamentos, de maus tratos físicos e psicológicos. Uma classe social dominando a outra, sujeitando-a ao nível mais baixo para manter os seus ganhos e privilégios. Estes estragos alcançaram a subjetividade por gerações, até nos dias de hoje. Essas marcas profundas ainda ditam as nossas relações sociais. De um lado, há a classe dominante que aprendeu por gerações a explorar, desvalorizar e inferiorizar os mais pobres. De

outro lado, existem os pobres que foram soterrados à mais vil humilhação e ainda procuram existir.

[...] a humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres, é efeito de seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que o humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente.

[...] a humilhação social conhece, em seu mecanismo, determinações econômicas e inconscientes. Deveremos propô-la como *uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes*. Como tal, trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político. O humilhado atravessa uma situação de impedimento para sua humanidade, uma situação reconhecível nele mesmo – em seu corpo e gestos, em sua imaginação e em sua voz – e também reconhecível em seu mundo – em seu trabalho e em seu bairro (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 5).

Ainda tenho dificuldades para ser em ambientes que eu não conheço. Sempre digo que o lugar onde eu me sinto à vontade é nas ocupações, junto com a classe trabalhadora de baixa renda. Mas vejo claramente que esta é uma questão subjetiva construída ao longo do tempo para colocar os pobres no seu “devido lugar”. Para Goncalves Filho, os nossos antepassados não foram só escravizados, deles foi tirada a voz. Todo o nosso comportamento, ainda de submissão, está fundamentado nesta relação criada desde os períodos de escravidão.

Os resquícios da escravidão e da exploração capitalista estão à vista e são sentidos na cidade, em cada esquina, sendo que, de qualquer angulo, é possível enxergar as desigualdades sociais impostas aos trabalhadores de baixa renda. Dentro de nós, carregamos esta carga pesada que nos impuseram. Os “ex-escravos” foram expulsos da terra pelos “senhores”, vieram para as cidades, foram morar nos morros e onde era possível, buscando sobreviver e quem sabe reconstruir o sentido da vida e das suas relações. Saíram das senzalas completamente desamparados, sem casa, sem trabalho, sem terra, sem educação. Os sem-teto são os seus filhos e, assim como os seus antepassados,

lutam para garantir os direitos mais básicos de sobrevivência.

Escutei muitos sujeitos nas ocupações, não só para esta pesquisa, mas durante esses 24 quatro anos nos movimentos. Seria possível escrever um livro e, mesmo assim, não sei se comportaria todas as histórias. Muitas famílias completamente destruídas. Filhos drogados, outros presos. Mulheres sofrendo todo tipo de abuso por seus companheiros. Crianças e adolescentes fora da escola. Eu vi muitos conseguindo se reconstruir, mas vi outros que não conseguiram, queriam, mas desabaram no caminho. A cada família que não conseguimos trabalhar juntos, é uma dor, pois sabemos que há diversos fatores subjetivos e objetivos que impediram essas famílias de alcançar a dignidade.

Para essa pesquisa, escutei dezesseis moradores de ocupação, Transcrevo aqui a fala de sete delas para a nossa análise: um homem e seis mulheres. Não foi propositadamente que escolhi mais mulheres, porém, nos movimentos de moradia, a presença predominante é de mulheres negras em sua maioria, tanto que, dessas seis mulheres, uma é indígena, uma é branca e quatro são negras. A seleção de apenas sete se deu principalmente porque o material é muito rico e não foi possível transcrever tudo nesse trabalho. Além disso, enfrentei algumas dificuldades no princípio das escutas, como a timidez de algumas pessoas. Outros, uma certa limitação para expressar por meio da linguagem a sua história, mas não pude deixar de sentir suas dores e alegrias vividas nas ocupações.

.Nos relatos que foram feitos, era recorrente o sentimento de angústia, de medo e de desespero ao lidarem com as dificuldades financeiras. Em praticamente todas as escutas, foi enfatizada a vida difícil que levavam, algum tipo de ameaça e insegurança que sofreram. No processo de escuta, observei que todos foram criados só pela mãe ou então por avós. Alguns relataram que suas mães sofriam abusos de seus pais e que as relações familiares eram muito frágeis, outros, que não chegaram a conhecer o pai. Não só isso, mas relataram também que não tinham uma casa ou o sentido de lar desde a sua infância:

[...] meu pai nos deixou ainda pequenos. A mamãe precisava trabalhar, por isso, ela nos deixava na casa da minha avó. Como era muito longe, quase não via a nossa mãe. Minha avó ficou doente e não teve mais condições de cuidar de nós, a gente

ficava na casa de um e de outro, dos tios, dos parentes, e eu e meu irmão apanhava de todo mundo.

[...] por isso, minha mãe nos levou para viver no abrigo junto com ela. Ali eu vivi coisas horríveis, eu nem tenho coragem de te falar (emociona-se e engole o choro). Meu irmão quase foi abusado por aqueles adolescentes... (Lidiane, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

[...] como toda criança, eu tive uma infância muito pobre. Minha mãe é mãe de 4 filhos, era mãe solteira que sofreu muito, a gente sofreu muito. Minha mãe não teve estudo, aos 13 anos ela foi trabalhar em casa de família. Nossa casa era feita de barro, um dia choveu muito e a casa caiu... mamãe não tinha como cuidar da gente... aí ela mandou cada um pra um lugar, cada filho com um parente... (Keliene, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

[...] meus pais me abandonaram quando eu era pequena... eu tinha 7 anos... eles abandonaram eu e meus irmãos. Eu me criei com minha vó, mas ela nunca nos demonstrou carinho... ela não nos deixava assistir televisão... brincar... sempre tinha que tá fazendo alguma coisa... (Zuma, moradora da ocupação Oswald de Andrade 2019)

[..] eu não conheço a minha mãe, sabe? Ela me abandonou quando eu nasci... me contaram que ela queria me jogar no rio... a minha mãe que me criou tava lavando roupa quando viu... ela correu e pediu pra não fazer isso que ela ia me criar... eu tenho muita revolta, como alguém tem coragem de fazer isso com um filho? (Gloria, Moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

Quando eu ouvia estes relatos, eu sentia o quanto essas pessoas sofriam por não ter tido o apoio de sua família na infância, mas, assim como elas, seus pais foram frutos de uma história em que os sujeitos escravizados não podiam construir laços familiares, na qual os seus filhos eram mercadoria. A falta de carinho e o sentimento de abandono era recorrente e, por mais que procurassem justificar as necessidades de seus pais, as lágrimas corriam. Da mesma forma, algumas delas, acabaram por repetir o mesmo padrão de seus pais: deixaram filhos em outros lugares para buscar uma vida melhor. Mais uma geração com marcas profundas em sua subjetividade. Para a classe dominante, não é preciso se preocupar com o bem-estar dos seus filhos, não lhes falta afeto. Mas, para o pobre, muitas vezes, não há direito nem de ter a sua própria família e com ela conviver.

Muitos foram os abusos na infância, uma das pessoas que escutei me relatou algo muito triste:

[...] porque essa vida não é fácil, eu fui muito humilhada. Na minha infância eu sofri muito, sofri muito, eu fui abusada durante anos, não me lembro muito, mas acho que foi de uns cinco até uns 7 anos. Lembro que eu era abusada pelo marido da minha madrinha. Hoje eu não gosto muito de lembrar disso, eu não conto pra ninguém, quem vai acreditar em mim? É uma história que me machuca muito. Eu não gosto de recordar, é muita coisa triste... mas pra mim já passou... tá no passado, já enterrei...o que me dói não é saber que eu fui abusada, o que me dói é imaginar que as pessoas não vai acreditar no que eu falo... (Ana,, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

A mãe de Ana perdeu a casa de barro numa chuva, com isso, ela foi obrigada a enviar um filho para a casa de cada parente. Não bastava a dor de perder a casa, estar longe da mãe, ainda foi abusada sexualmente por seu padrinho. Quando ela fez esse relato, eu não esperava, estava me contando sobre a sua vida aqui em São Paulo e, de repente, ela interrompeu o diálogo e começou a contar essa violação em meio às lágrimas e aos soluços. Ela me fez um pedido, que eu não contasse a ninguém da ocupação, mas eu podia relatar aqui na pesquisa, disse: “assim a gente ajuda a proteger outras crianças, nenhuma criança merece isso”. Percebi que a segurança física e psíquica de um sujeito começa também por ter um lugar para ficar com a sua família.

Os pobres sofrem danos continuamente, desde a sua infância. Todo o seu sofrimento tem como base o sistema econômico capitalista, que começa por expulsá-los da sua terra natal, da sua cultura, da sua família. Sem trabalho ou ganhando pouco, não é possível viver nestes lugares onde nasceram. Das dezesseis pessoas ouvidas, apenas uma era natural aqui de São Paulo, todos os outros vieram de outros Estados ou países: Ceará, Maranhão, Bahia, Goiás, Haiti, Congo e Bolívia. Relataram que São Paulo era a única esperança para ter uma vida digna:

[...] Eu e meu marido, a gente não trabalhava. A gente passava muita fome na nossa cidade, entendeu? Fome de verdade!
[...] quando eu cheguei aqui, tive uma sensação assim de

aconchego, de verdade! Meu Deus, parece que tudo vai dar certo! (Geisa, moradora da ocupação Mercedes Sosa, 2019).

Apesar da espera, as dificuldades logo eram sentidas. Comentavam com muita emoção que a maior dificuldade não era arrumar um trabalho, mas como viver com o salário.

[...] quando recebia o meu salário, pagava R\$ 600 de aluguel, mandava R\$ 400 para a minha mãe alimentar os meus filhos e ficava R\$ 300 para me alimentar. Eu comprava um pão e tomava com café de manhã, almoçava no trabalho e depois comia alguma coisa antes de dormir. Mas o dinheiro só dava até a metade do mês (ela se emociona e chora). Na outra metade do mês, a minha única refeição era feita no trabalho, quando almoçava (Gloria, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

[...] a gente chegou a ter só R\$ 100 pra comprar de comida, pra comer de manhã, de dia e de noite. Eu ia no mercado, só comprava feijão e arroz e suco, porque suco eu fazia assim nas garrafas, era um alívio, colocava na geladeira: era a única coisa que coloria ela (Geisa, moradora da ocupação Mercedes Sosa, 2019).

Por maiores que sejam as dificuldades, as pessoas precisam encontrar meios para existir e manter acesa a esperança para viver. Nos depoimentos, demonstraram como é dolorido não ter comida para dar aos filhos. Depois de tanto trabalhar, recebem o salário no fim do mês e precisam escolher entre comida ou aluguel. Enquanto eu as ouvia, percebia que não podiam esperar mais. Uma delas me disse que estava morta. Morta, porque já nem sentia mais nada, de tanto sentir desesperança.

Os pobres estão abandonados à própria sorte. Assim como no relato dessas famílias e de todas que batem nas portas das ocupações, o maior desespero é não saber como viver no dia seguinte ou nos próximos. Passam-se anos e a história não muda, cada um sofrendo sozinho. Percebi que não faziam ideia de que outras pessoas estavam na mesma situação ou não se importavam, pois esta é uma estratégia do sistema capitalista: individualizar os sujeitos para que não enxerguem o causador de tal situação. Sofrem até o último momento e comem mal para sustentar os rentistas. Pensam em morar em ocupação apenas

como última opção, pois os preconceitos impedem que conheçam a realidade dos sem-teto. É possível dizer isso, pois apareceu muito, nas falas, o preconceito e o medo de, morando em uma ocupação, complicarem ainda mais a vida. Tinham medo de colocar os seus filhos em situação de perigo:

[...] tive um choque à primeira vista, porque não era o que eu pensei... a gente vê coisa feia na televisão sobre as ocupações. (Lidiane, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

[...] porque lá só tinha bandido, favelado, que o governo deveria tirar todo mundo de lá. Eu era muito preconceituoso. Pensar em morar em ocupação era uma loucura. Eu pensava completamente diferente antes de viver aqui. Mas, como a vida é? Acabei parando num lugar desses... (Leandro, morador da ocupação Marconi, 2019).

[...] Sempre achava que movimento de moradia era só delinquentes, era só isso que eu pensava na minha cabeça. Eu fiquei com um pé na frente e outro atrás quando ele disse que me levaria numa reunião. Perguntei pra ele “mas nossa, não é perigoso que eu more lá? Que as pessoas..”. porque as minhas filhas eram pequenininhas (Zuma, Moradora da ocupação Oswald de Andrade, 2019).

Tão forte é a opressão contra os pobres, contra a sua subjetividade, que eles paralisam diante do sofrimento social. Cada sujeito me contava a sua vida com a voz embargada, como se tivesse um nó. Algumas choravam a todo o momento. Contavam da falta de esperança até chegar na ocupação. O medo que sentiram quando entraram ali, parecia ser o fim da vida. Porém, depois de um tempo morando ali, a sua concepção mudou, um sorriso se alargava, me contavam com alegria o que sentiram:

[...] eu me sinto aliviada... eu estou feliz. Eu não sei como agradecer, eu tenho aprendido... (Zuma, moradora da ocupação Oswald de Andrade, 2019).

[...] a ocupação foi o lugar onde eu fiz amizades, eu não tinha amigos. Na minha adolescência eu tive um trauma, sofri uma violência na escola e tive muitas dificuldades para voltar aos estudos, tive depressão, não saía de casa e ainda sofro. A ocupação me curou, eu me senti incluído, aqui eu comecei a viver, encontrei um sentido para viver, não só por mim, mas

pelos outros também (Leandro, morador da ocupação Marconi, 2019).

[...] porque aqui ninguém perguntou de onde eu vim, aqui eu fui abraçada... me deu de volta a vida... porque, gente, eu tava morta por dentro. (Geisa, moradora da ocupação Mercedes Sosa, 2019).

Para Gonçalves Filho (2010), a construção coletiva é a forma mais poderosa para desconstruir os sofrimentos intersubjetivos dos pobres, é onde ele pode ter a palavra. Os pobres sofrem calados por gerações, nunca foram ouvidos, e, quando insistiram em sê-lo, foram massacrados de uma forma ou de outra. A violência e a humilhação contra os pobres foram o caminho traçado pelos dominantes para silenciar a sua voz. A luta é uma forma de dizer e entender o que está dentro de nós; sentimentos que sentimos, mas que ainda não haviam sido transformados em palavras ou em ações. Quando, em conjunto, participam de um ato e ali escutam uma outra versão da história; quando enfrentam juntos a violência do Estado, mas compreendendo que são vítimas e não culpados por tal situação; quando com suas próprias mãos resolvem os seus problemas de moradia e de seus companheiros; quando ouvem falar da especulação imobiliária, do poder judiciário, de política, etc., sua subjetividade vai desconstruindo as concepções dos de cima sobre si mesmos e fortalecendo as concepções dos de baixo. Tentam nos impedir de agir humanamente, ajudar, dividir, acolher, cuidar do outro. As ocupações e as relações que ali são criadas rompem, de alguma forma, com a lógica capitalista, pois ali estão os sujeitos, que são a ponta da máxima exploração, em ação no coletivo para a transformação da realidade dos pobres:

[...] quando se depara com este tipo de conhecimento e vê que não é só isso, que somos muito mais que isso, muito mais, a gente fica muito feliz, né? É que abre e tira a venda dos nossos olhos. Não é que a gente fique valente, de nariz em pé, não, é que a gente vê que nós merecemos, que nós somos grandes, mesmo que queiram nos diminuir. Diminui não, nós somos grandes. Eu luto hoje e quero o melhor, não só para mim, mas pra todos que estão na luta (Geisa, moradora da ocupação Mercedes Sosa, 2019).

[...] as pessoas estavam unidas por motivos bons, não era ódio,

era por liberdade, amor...

[...] eu estava fazendo um bem, bem para as famílias que ainda não tinham um lugar para morar, assim como eu precisei de um lugar e alguém fez por mim, agora eu também faço. Eu me sinto humano, porque o ódio não faz bem pra gente...minha mente está aberta... Não sou mais manipulado (Leandro, morador da ocupação Marconi, 2019).

[...] eu lembro quando a gente ia ocupar, eu gosto de ir, mas não com as minhas filhas. Eu sentia uma adrenalina, eu sentia isso, eu gosto de ir e sentir isso. Porque a gente tá em busca de uma coisa boa... a gente não é criminoso... mas as pessoas precisam de um lugar pra morar, como a gente tá morando. Antes eu tinha medo da ocupação, mas aí eu conheci vocês... eu conheci muitas histórias, eu tinha vizinhos que me contavam como viviam, era pior do que eu, muito pior (Zuma, moradora da ocupação Oswald de Andrade, 2019).

[...] eu estou me sentindo mais forte, não sei... mais corajosa, parece que eu posso fazer muitas coisas... (Glória, moradora da ocupação Almirante Negro, 2019).

[...] parece que alguma coisa mudou... e viver aqui na ocupação é bom demais, eu estou feliz, gosto dos vizinhos, de fazer as coisas junto, apesar das confusões, às vezes... (Lidiane, Almirante Negro, 2019).

No processo de escuta, compreendi que viver na ocupação, em primeiro momento, pode ser apenas para sair do aluguel. Mas algo profundo ocorre na subjetividade de quem vive nessas comunidades. O medo e o preconceito do outro se rompe aos poucos com a convivência e as pessoas, em contato com a ocupação, percebem que não estão sozinhas na luta pela sobrevivência. Na verdade, percebem que são um sem-teto como tantos outros, que escutam as histórias uns dos outros e, assim, fortalecem as relações de amizade e os laços sociais.

Na ocupação não se pensa apenas em si e nos próprios problemas, mas os desafios são enfrentados juntos, como quando ocorre reintegração de posse e sente-se o medo de destruírem o lugar de pertencimento de todos; como quando são compartilhadas as alegrias de uma remoção que foi impedida com a força e organização do movimento, como quando enfrentam juntos as humilhações do discurso hegemônico, pois percebem que tal discurso não é o reflexo da realidade vivida pelos sem-teto.

É possível identificar, nas falas, que a consciência dos sem-teto se alarga e permite perceber que a sua necessidade é também a necessidade de outros. Eles se sentem parte do movimento quando ajudam a preparar um novo lugar para famílias recém-chegadas. Com isso, percebemos que os sem-teto fortalecem o seu sentimento de solidariedade.

A autoimagem é outro ponto que deve ser ressaltado, pois os pobres, quando chegam na ocupação, estão com a sua autoestima dilacerada, mas, a partir da luta diária, ela se eleva e as pessoas se sentem mais fortes e corajosas. O seu olhar não é mais serviu, mas de quem, aos poucos, reconstrói-se enquanto sujeito de direito, que perdeu o medo de lutar por algo em que acredita, que agora fala nas reuniões e nos atos. Observei que muitas mulheres foram ou são vítimas de violência doméstica, porém, a oportunidade de ter moradia e as formações nas ocupações contribuíram para que estas mulheres conseguissem denunciar o seu agressor, sendo que algumas me relaram ter sido a partir do movimento que elas perceberam que “merecem muito mais”.

Infelizmente, eu não consigo transmitir, por meio da escrita, as emoções, os choros, as angústias dos sujeitos ao contarem as suas histórias. Todos os relatos de abusos, violações e abandono me foram contadas aos prantos. Eu não sabia o que fazer e, por diversas vezes, parei e abracei. Outras vezes, procurei dizer alguma palavra de consolo. Uma delas me disse que nenhuma criança deveria passar por tal sofrimento, realmente, não deveria. Eu chorei quando eu escutei, outras vezes procurei engolir o choro, chorei quando escrevi, chorei por mim e chorei por elas. Mas também sorri muito quando percebíamos que é possível construir utopias, formas humanas de se viver a vida.

Considerações finais

Comecei esta pesquisa escutando os sujeitos sem-teto. A única coisa que eu queria, a princípio, era fazer exatamente isso; ainda não sabia o porquê desse interesse. Com as escutas e as pesquisas, fui compreendendo as minhas percepções e sensações que ainda não haviam alcançado um significado claro. Apenas sentia que os sem-teto eram, de alguma forma, anulados. Sentia que os

sem-teto eram como animais em um zoológico o qual servia apenas a alguns interessados em observar e dali tirar as suas conclusões e a outros que nem se dão ao trabalho de observar e analisar atentamente a realidade do trabalhador sem-teto. Este se vê numa posição entre escolher viver ou morrer, pois, quem não tem o direito a morar está em risco iminente. Caluniam a sua organização sem nenhum pudor.

Ao ler algumas referências, eu compreendi que o trabalhador de baixa renda era um sujeito humilhado socialmente, processo este que ocorreu continuamente desde a escravidão. Durante séculos, foram silenciados brutalmente como estratégia de submissão. Ouvir esses sujeitos humilhados se tornou essencial para mim. Mas eu não sabia como começar. Apesar de trabalhar há tantos anos com as famílias sem-teto, eu nunca havia parado apenas para escutar as suas histórias sem dar algum tipo de opinião, pois as famílias nos têm como alguém que os orienta de alguma forma.

Minha professora, orientadora desta pesquisa, indicou-me frequentar a clínica do povo, na Vila Itororó, Bela Vista, a qual frequento há 7 meses, a princípio, para entender como se dava esse processo de escuta. Claro que, no meu trabalho, eu não tive a pretensão de analisar o sujeito como uma psicanalista, mesmo porque, não tenho conhecimentos técnicos para tal análise profissional. Mas queria saber como abordar e agir no momento em que o sem-teto estava na minha frente, como me comportar e ali não dar a minha opinião ou expressar juízo de valor. Depois dessa experiência na Vila Itororo, percebi a importância da escuta para a saúde mental. Cuidar da saúde mental é uma necessidade pública, porém, ainda não alcançou os pobres. De toda forma, a todos os sujeitos que ouvi, procurei indicar a clínica.

Ao sair para o campo de pesquisa, busquei sair da condição de liderança ou de conselheira, daquela que fala e o outro escuta, e coloquei-me na condição de ouvinte. Conversei com algumas pessoas do movimento e mencionei o meu interesse de sentar por uma hora e escutá-las para o meu trabalho de conclusão de curso. No começo, eu senti uma certa dificuldade, pois algumas pessoas que me conheciam ficavam travadas na hora de falar, ou então, procuravam maquiagem a sua história com medo do que eu poderia pensar. Mas, com o tempo, a notícia

de que eu estava escutando os moradores das ocupações se espalhou. Alguns me escreveram cartas contando a sua vida, outros me mandaram mensagens pedindo para que eu os ouvisse. Outros disseram que, se eu não os escutasse, ficariam profundamente chateados.

Apesar de não pedir a eles que me contassem a sua história, eles intuitivamente me contavam. Pareciam sentir muitas dores e precisavam contar para alguém que não dissesse o que fazer ou deixar de fazer. Nesse processo, eu aprendi a ser uma ouvinte, a sorrir e a chorar com eles.

Eu tinha a pretensão de encontrar, nestas escutas, a confirmação de uma identidade coletiva dos sem-teto, pois eu realmente acreditava nisso. Mas, diante da conjuntura, do ataque midiático e do afastamento dos sem-teto das ruas, eu cheguei a duvidar se havia uma identidade. De toda forma, enquanto não compreendia isso, cheguei a pensar em desistir do tema. Fiquei realmente confusa, mas isso foi o que eu precisava para aprofundar a pesquisa, pois as minhas certezas foram abaladas.

Dei toda uma volta buscando entender, para além das pesquisas bibliográficas, a identidade do sem-teto. Ao contar a minha história na infância e adolescência como moradora e depois como defensora de direitos humanos que atuou na ocupação Marconi por dois anos, pretendia encontrar o que me identificava com o sem-teto e, a partir daí, afirmar tal hipótese.

Passei a vida ouvindo palavras de ordem como “quem não luta, tá morto” ou “quem sabe mais, luta melhor”, etc. Frases como essas foram fundamentais para a minha visão de mundo. Ao escutar os sujeitos, percebia que volta ou outra também comentavam alguma coisa, uma palavra ou frases. Por isso, busquei pensar o discurso hegemônico para compreender como se dava o contradiscurso dos sem-teto e, assim, procurar fundamentar a minha tese sobre a formação de tais sujeitos enquanto grupo identitário.

Por fim, concluí as escutas e transcrevi para este trabalho, buscando finalizá-lo e encontrar finalmente comprovar tal hipótese. Mas, depois de escutar, analisar, ler, escrever sobre os sem-teto, cheguei à conclusão de que, dizer que o sem-teto tem uma identidade é limitador. Na verdade, o sem-teto é uma amostra da classe trabalhadora, daquela que está em situação mais

desfavorável e humilhante. A sua resistência nas ocupações cria modelos de como a classe trabalhadora deve resistir ao roubo da nossa subjetividade. As ocupações provam que é possível romper com a lógica capitalista de exploração e de individualismo, onde é possível estabelecer relações baseadas em valores humanos. Apesar das contradições em meio aos sem-teto, a partir das escutas e de tudo que é construído por eles, é possível perceber a emancipação e conscientização dos sujeitos enquanto classe de trabalhadores.

Pensamos nas ocupações como navios piratas em meio ao mar cidade. Estes vão contra a lógica social a qual diz que os pobres não podem fazer, contudo, esses espaços mostram que é possível. A lei criada por homens tentam submeter os sem-teto, porém, eles mostram que tais leis são inválidas diante da necessidade humana, que o valor humano é fundamental, que a misericórdia, o amor e a solidariedade não serão sufocados ou silenciados novamente. Com essa prática humana, os trabalhadores de baixa renda sem-teto organizados lutam diariamente para que os sujeitos da sua classe se percebam como trabalhadores explorados dentro de uma lógica capitalista. Enfrentam com o seu corpo as investidas do capital, o qual mostra a eles a sua verdadeira face cruel e sem escrúpulos.

Mas não quero aqui romantizar a vida nestas ocupações e lembro que os sujeitos só habitam estes lugares por falta total de outras possibilidades de vida. A vida ainda é precária, mas poderia ser muito pior se esperassem o poder público agir. A partir desta realidade, a criatividade do pobre aflora para viver com o máximo de dignidade possível. É importante enfatizar que as ocupações não funcionam de forma totalmente horizontal; há uma coordenação constituída com a participação dos moradores, pois muitos se destacam na organização. Sempre digo que uma ocupação é muito parecida com todas as outras, independente do lugar, pois, quando se faz uma ocupação, há uma equipe de apoio externa, mas surgem dos novos moradores pessoas que se voluntariam para cuidar da cozinha e da creche, por exemplo, outros que ficam responsáveis pela portaria. Há ainda alguns que já colocam a mão na massa e cuidam da manutenção e há aqueles que ganham o respeito dos moradores como liderança. De toda forma, sem esquecer que a nossa subjetividade está tomada

por uma visão dominante, há autoritarismos em algumas ocupações que precisam ser desconstruídos a partir do regulamento interno e da participação popular.

Portanto, onde eu percebi mais acentuadas as bases e os valores dos trabalhadores, com exercício da democracia participativa, da solidariedade, da transparência e da igualdade, os sujeitos têm um sentimento de pertencimento muito maior. Onde a participação popular é implantada com esses fundamentos, há reflexos nas transformações subjetivas do humilhado.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelho ideológico de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1996.

ARISTÓTELES. **Obras completas**: retórica. 2. ed. Lisboa: Centro de Filosofia de Lisboa, 2005.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Victor Civita, 1984. (Coleção Os Pensadores).

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil. Análise Setorial**. São Paulo, v.29, n, 27, p. 711-732, 1994.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEDESCHI, L. **Os limites do sistema possessório**: conhecimento e a praticado princípio constitucional da função social da propriedade urbano tribunal de justiça de São Paulo. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território) - Universidade Federal do ABC. São Paulo, 2018.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudos Andrews: Antigo e Novo Testamento**. Tradução João Ferreira de Almeida. Tatuí, SP: Casa publicadora brasileira, 2015.

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

DEL RIO, M. **No meio do redemoinho**: a luta é sempre. São Paulo: Casa Flutuante, 2000.

DIEESE. **Julho**: custo da cesta diminui em todas as capitais. São Paulo: DIEESE, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201907cestabasica.pdf/2019/08>. Acesso em: 21 ago. 2019.

FREUD, S. Mal-estar na civilização. In: FREUD. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 21.

FREUD, S. Princípios básicos da Psicanálise. In: FREUD. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. 10, p. 269 - 276

GONÇALVES FILHO, J. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

GOVERNO FEDERAL. **Nota à Imprensa sobre imóveis da União.** 2018/05. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-7>. Acesso em: 08 maio 2019.

HOUAISS, A. **Houaiss:** minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro, 2012.

IHERING, R. **A luta pelo direito.** 14. ed. São Paulo: Ed. Martin CLaret, 2018.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Editora Cortez, 1998.

MARX, K. **O capital.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bruno Buccini, 1968.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Função social da propriedade.** São Paulo: PMSP, 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/funcao_social_da_propriedade/index.php?p=172133. Acesso em: 29 ago. 2019.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Prefeitura vai contratar censo para mapear cortiços e ocupações no centro da cidade.** São Paulo: PMSP, 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=245654>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Resolução CMH nº17, de 22 de fevereiro de 2006.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/ResolucaoCMH17_1252612946.pdf/2006/02 Acesso em: 10 Ago 2019.

Quanto ganha um juiz **Guia da carreira salário,** 2018. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/salarios/quanto-ganha-um-juiz/> Acesso em : 21 ago 2019.

RABINOVICH, E. P. A casa como símbolo: a relação mãe-criança. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.** São Paulo, v. 7, ano 1, 1997. Disponível em: <http://docplayer.com.br/47086109-A-casa-como-simbolo-a-relacao-mae-crianca-the-house-as-symbol-the-mother-child-relationship.html>. Acesso em: 20jun. 2019.

ROLNICK, R. **Guerra dos lugares:** São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SANDRONI, Paulo. **Valor, preço e renda da terra, e três tipos de mais valias urbanas.** São Paulo, [2018]. Disponível em: http://sandroni.com.br/?page_id=782. Acesso em ago, 2018.

SEABRA, Adriana. **De que maneira incorpora trabalho e passa a ter valor e tornando-se mercadoria um preço de mercado.** São Paulo: S.n., 2018. Estudo prévio à 7^a. Semana do Trabalho da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.

SEARSON, M. **Uma leitura psicanalítica sobre a humilhação social.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC- SP. São Paulo, 2010.